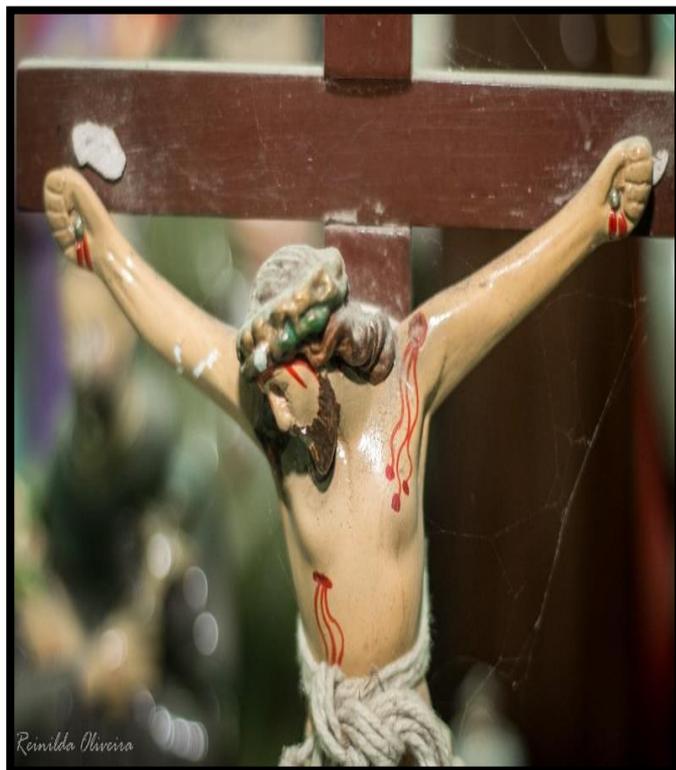


R *Eligiões afro-brasileiras e catolicismo*

Não é possível entender os meandros das religiões de matrizes africanas no Brasil sem relacioná-las com o catolicismo, uma vez que os segmentos afros se constituíram imbuídos nas práticas católicas. Os sujeitos do continente africano que foram escravizados viram na religião uma forma de manter viva suas crenças e tradições ancestrais. Na imagem ao lado capturada em uma casa de culto afro no município de Bacuri do Maranhão, aparece uma imagem tradicional de Jesus Cristo, o que evidencia essa relação.

Imagem: representação de Jesus Cristo/ Bacuri-MA
Fonte: Arquivo pessoal



Com isso constituíram espaços de fé, simulando sua devoção às entidades africana e afro-brasileiras, venerando “santos” com características similares. Naquele contexto era comum esconder as entidades afros nos santos católicos. Por exemplo, quando rezavam em sua língua para Santa Bárbara, estavam cultuando Iansã ou quando se dirigiam a Nossa Senhora da Conceição, estavam falando com Iemanjá.

Dentre os africanos escravizados no Brasil se destacavam dois grupos: os bantos, oriundos de regiões como o Congo, Angola e Moçambique) e os sudaneses, advindos da Nigéria e do Benin, que são os iorubas, ou nagôs, e os jejes. Mas, a religião oficial no Brasil era o catolicismo, trazido pelo branco europeu e as religiões afro-brasileiras estavam atreladas a feitiçaria e seus membros eram malvistas pela sociedade.

Além do mais as festas ou comemorações para essas entidades não eram permitidas. Só com o tempo essas vertentes religiosas foram ganhando espaço e conquistando mais fiéis. Contudo, ainda é a religião que mais sofre atitudes de intolerância, além de ser a mais perseguida no país.

Essas manifestações possuem um histórico de perseguição, geralmente atreladas a rituais de macumba, espaço da criminalidade e da ausência do bem. Seus praticantes estavam geralmente relacionados à infantilidade, fetichismo e essas ideias

foram propagadas em todas as esferas da sociedade. As religiões afro-brasileiras foram por muito tempo vistas apenas como cultura popular ou folguedos.

De acordo com o antropólogo Sergio Ferretti (1995), a partir do contanto com o catolicismo, as casas de culto de matriz africana acabam construindo uma comunicação dinâmica com os festejos populares. Hoje, a maior parte do calendário religioso afro-maranhense está atrelada ao vasto ciclo de festas associadas ao calendário litúrgico católico. Fortemente influenciada por essa religião, suas entidades espirituais são devotas dos santos e suas cerimônias de origem africana aliam-se às práticas católicas.

Um santo católico que tem culto muito difundido no Brasil é São Benedito. Ferretti (1999) destaca que, no Maranhão, como em diversas outras regiões, São Benedito é considerado padroeiro e protetor dos negros. É visto popularmente como um santo esperto e mesmo vingativo, mas que protege seus devotos, sejam eles ricos ou pobres.

Diz-se que São Benedito era preto, gostava de dançar tambor de crioula, que é uma dança de negros, e por isso até hoje se faz esta brincadeira em sua homenagem. São Benedito, sincretizado com a entidade Verequete, é considerado guia ou chefe dos terreiros de tambor de mina.

Imagem: Mãe Dilma com São Benedito/ Santa Inês-MA

Fonte: Arquivo pessoal



O pesquisador Reginaldo Prandi (1999) divide a história das religiões afro-brasileiras em três etapas: sincretização, branqueamento e africanização. Na primeira delas, sincretização, que coincide com o início do processo de colonização, se teriam formado as modalidades tradicionais, como candomblé (Bahia), xangô (Pernambuco e Alagoas), tambor de mina (Maranhão e Pará) e batuque (Rio Grande do Sul). Essas religiões teriam se materializado em sincretismo, mistura com o catolicismo e em grau menor com as religiões indígenas. A religião africana só parcialmente teria se reproduzido no Novo Mundo, pois, na escravidão, a família se perdeu, o grupo étnico se perdeu.

Assim, na segunda fase, que seria característica dos anos 1920-30, teria ocorrido o branqueamento, na formação da umbanda. No fim do século XIX, chega o espiritismo de Alan Kardec ao Brasil. No início, era

religião de classe média, depois também frequentada por pobres e negros. O primeiro centro de umbanda teria sido fundado em 1920 no Rio de Janeiro como

dissidência de um kardecismo que rejeitava a presença de guias negros e caboclos, considerados pelos espíritas mais ortodoxos como espíritos inferiores.

Com a umbanda, iniciou-se vigoroso processo de valorização de elementos nacionais, como o caboclo e o preto-velho, que são espíritos de índios e escravos. Mesmo quando proletária, essa religião era culturalmente europeia: premiava o conhecimento pelo aprendizado escolar e não pela tradição oral. Limpava-se a religião de seus elementos da tradição iniciática secreta e sacrificial. Mas a umbanda rompeu de certo modo com a concepção kardecista de mundo, que vê esta terra mais como um lugar de sofrimento.

Assim, chega-se à terceira fase, a africanização, a partir dos anos 1960. A africanização corresponde à transformação do candomblé em religião universal. O candomblé torna-se aberto a todos, sem barreiras de cor ou origem racial. O processo de africanização implica a negação do sincretismo, adoção de aprendizado não oral e mudança ritual e doutrinária. Faz-se uma reflexão a respeito das condições sociais que o candomblé renovado enfrenta em sua expressão no mercado religioso.

Durante os anos de 1960, muitos nordestinos migram para o sudeste em industrialização, levando consigo o candomblé, que começou a se infiltrar na umbanda. A umbanda foi remetida ao candomblé, sua velha e “verdadeira” raiz original. Nos anos 1960, muda a mentalidade mundial, os modelos do conhecimento universitário de explicação do mundo são duvidados. Chega o pós-moderno, sobretudo no sudeste. A juventude começa a valorizar a cultura do outro (do ocultismo, do oriental, e também a cultura do negro).

As tradições de origem africana centradas na Bahia e em outros pontos do país encontram suporte para se multiplicar no sul. O candomblé se instala como religião para todos. Num primeiro momento, membros do sudeste e do sul para buscar legitimidade vão à Bahia, pensada como lugar da tradição.

Num segundo momento, começa o processo de africanização propriamente dito: não é mais a Bahia, mas a própria África o lugar da língua, dos ritos e mitos “verdadeiros”. Ao negar o sincretismo, deixando para trás a religião da Igreja, seus ritos e santos, o novo candomblé se põe em pé de igualdade com o catolicismo, deixa de ser religião subalterna, já não se vê a si mesmo como a religião do escravo.

Portanto, observa-se nesta visão de Prandi a ideia de que, em última instância, o sincretismo resultou basicamente do fato de o Brasil ser uma sociedade profundamente desigual e os africanos e seus descendentes serem obrigados a cultuar seus deuses e entidades espirituais imbricando-os com as divindades católicas.

Não se pode negar de fato, como destaca Prandi (1999), que houve violência simbólica, quando a crença dos povos africanos e descendentes no Brasil foi proibida de ser manifestada, e estes tiveram que criar mecanismos a fim de manobrar o sistema católico. Para alguns pesquisadores as religiões de origem africana são consideradas subalternas, o que implica dizer que foram submetidas a rígido controle social e jurídico ao longo de sua trajetória histórica. Tendo em vista que foram impedidas de se manifestarem como livre expressão da cultura brasileira.

Assim, não há como desvincular essas duas vertentes religiosas. Com isso, é válido pensar em como essas casas de culto afro-maranhense, conseguiram manter-se estruturadas em uma cidade com forte domínio católico. De fato, isso leva a criação de um laço profundo entre religião afro-maranhense e catolicismo, sobretudo o catolicismo popular.

Nas imagens abaixo, capturadas pelo fotografo Márcio Vasconcelos, é possível perceber inúmeras referências católicas nas paredes dessa casa de culto. Essa prática é comum nos terreiros das variadas vertentes de religiões de matrizes africanas.



Imagem: mãe Lima /Cururu

Fonte: Museu afrodigital do Maranhão



Imagem: Mãe Mercês/ Vargem Grande.

Fonte: Museu afrodigital do Maranhão

REFERÊNCIAS

FERRETTI, S. F. *Repensando o sincretismo: estudo sobre a Casa das Minas*. São Paulo: Edusp; São Luís: FAPEMA, 1995.

_____. *Sincretismo afro-brasileiro e resistência cultural*. In: CARDOSO, C & BACELAR, J. (Org.) *Faces da Tradição Afro-brasileira*. Rio de Janeiro/Salvador: Pallas/CEAO, 1999.

PRANDI, Reginaldo (org.) **Encantaria brasileira**: o livro dos mestres, caboclos e encantados. PALLAS: Rio de Janeiro, 2001a.

_____. *Os candomblés de São Paulo*: a velha magia na metrópole nova. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1991.

_____. Religião paga, conversão e serviço. **Novos Estudos**. São Paulo, 45, p. 65-77, 1996.

_____. **Referências sociais das religiões afro-brasileiras**. Sincretismo, Branqueamento, Africanização. In.: CAROSO, Carlos & BACELAR, Jefferson. Faces da tradição afro-brasileira: religiosidade, sincretismo, anti-sincretismo, reafricanização, práticas terapêuticas, etnobotânica e comida. Salvador: CEAO; Rio de Janeiro: Pallas, 1999.